



O ORÇAMENTO DO ESPORTE NO GOVERNO FEDERAL (2003-2022): do entusiasmo pelos grandes eventos ao desfinanciamento público do setor

Fernando Henrique Silva Carneiro¹
Silvana Martins de Araujo²
Fernando Mascarenhas³

Resumo

A pesquisa teve o objetivo de analisar o direcionamento do gasto do orçamento público federal do esporte nos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro (2003-2022), buscando compreender aquilo que foi priorizado. O estudo é de cunho quanti-qualitativo, desenvolvido a partir de levantamento documental. A coleta de dados foi realizada no portal Transparência no Esporte e a análise foi desenvolvida por meio do indicador direção do gasto. O orçamento do esporte foi atravessado por diferentes interesses, com mudanças substantivas de prioridades ao longo do período estudado. Nos governos Lula e Dilma, a prioridade de gasto foi com os Grandes Eventos e o Esporte Alto Rendimento (EAR), tendo o esporte como direito ficado em segundo plano. O processo pós Grandes Eventos e pós-golpe fez com que houvesse um esvaziamento do orçamento público para o esporte, o que marca o desfinanciamento do setor nos governos Temer e Bolsonaro

Palavras-chave: Fundo público; orçamento público; governo federal; políticas esportivas.

THE FEDERAL GOVERNMENT'S SPORTS BUDGET (2003-2022): from enthusiasm for major events to public defunding of the sector

Abstract

The research aimed to analyze the direction of spending of the federal public sports budget in the Lula, Dilma, Temer and Bolsonaro governments (2003-2022), seeking to understand what was prioritized. The study is of a quantitative and qualitative nature, developed from a documentary survey. Data collection was carried out on the Transparência no Esporte portal and the analysis was developed using the expenditure direction indicator. The sports budget was influenced by different interests, with substantive changes in priorities throughout the period studied. In the Lula and Dilma governments, the spending priority was on Major Events and High Performance Sports (HPS), with sport as a right taking a backseat. The post-Major Events and post-coup process resulted in a depletion of the public budget for sport, which marks the defunding of the sector under the Temer and Bolsonaro governments.

Keywords: Public fund; public budget; federal government; sports policies.

Artigo recebido em: 05/04/2024 Aprovado em: 21/11/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28n2.2024.44>

¹ Professor no Instituto Federal de Goiás – IFG. E-mail: fernandohenriquesc@gmail.com

² Professora da Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Educação Física. E-mail: silvanaaraujo@elointernet.com.br

³ Professor na Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física. E-mail: fernandom@unb.br

1 INTRODUÇÃO

O fundo público é um elemento essencial para produção e reprodução do sistema capitalista, bem como do Estado. De acordo com Mandel (1982), o Estado capitalista apresenta três funções principais: criar as condições gerais de produção; reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes; e integrar a classe dominada. Nesta mesma esteira, Poulantzas (2000) aponta que o Estado tem o papel principal de organizar o bloco no poder, formado pelas diferentes frações da classe dominante, sob a hegemonia de uma ou mais frações de classe.

É a partir do fundo público que o Estado capitalista materializa suas diferentes funções, elemento que é atravessado pela luta de classes. Assim, o fundo público representa a “[...] punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriada pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções.” (Behring, 2010, p. 20). Por sua vez, “[...] as disputas hodiernas que envolvem a repartição do fundo público sintetizam – no espectro político e social – a luta de classe contemporânea.” (Athayde, 2014, p. 639). O fundo público tem se tornado cada vez menos público, pois, em vez de atender às necessidades sociais, por meio de políticas públicas, privilegia o atendimento dos interesses do capital, mesmo que isso implique em barbarização da vida social (Behring, 2009).

Para Salvador (2012), o orçamento público é a expressão mais visível do fundo público, sendo nele definidas as prioridades de políticas públicas de um governo. Além disso, o orçamento expressa a correlação de forças dentro do Estado, entre as frações de classe que compõem o bloco no poder, destarte o orçamento público tem um caráter eminentemente político. No processo de planejamento e execução do orçamento público, os poderes Executivo e Legislativo estão diretamente envolvidos. O poder Executivo é responsável pela elaboração do orçamento público, a partir do programa de governo presente no Plano Plurianual (PPA), já o poder Legislativo deve avaliá-lo, podendo aprová-lo, rejeitá-lo ou modificá-lo (Carneiro *et al.*, 2019).

Ao analisar o fundo público do esporte, mais precisamente sua matriz de financiamento público federal no Brasil, Carneiro (2018) e Carneiro *et al.* (2019) demonstraram que o setor é financiado pelas fontes orçamentária, extraorçamentária e gastos tributários. Para Carneiro (2018), o orçamento público do esporte é a fonte mais visível, transparente e volumosa. Como observado, no *Transparência no Esporte (2023)*, a fonte orçamentária foi a mais volumosa no governo Lula da Silva,

tendo desde então, perdido a centralidade, pois nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, ela se tornou a fonte com menos recursos (Athayde; Araújo; Pereira Filho, 2021; Matias, 2021a; 2021b).

Embora o orçamento público tenha uma dimensão técnica, sua dimensão política é preponderante, sendo que os diferentes governos que estiveram no poder tomaram decisões que impactaram o volume do orçamento público para o esporte. Há diferentes setores dentro do Estado e da Sociedade Civil que vão buscar ter suas demandas atendidas, elemento que também se faz presente no âmbito das políticas esportivas. Carneiro *et al.* (2020), ao analisarem a disputa pelo fundo público no setor, identificaram que há diferentes grupos que se articulam em torno de interesses sociais, políticos e econômicos.

Para além da disputa interna pelo orçamento público do esporte, é importante situar que ele se coloca como marginal frente a outras áreas (Mascarenhas, 2016; Guimarães, 2017; Carneiro, 2018). Expressão disso, é que ao longo de 2003 a 2022 o esporte teve em média apenas 0,024% de todo orçamento público federal (Carneiro; Mascarenhas, 2023). Os recursos do orçamento público do setor ficaram longe do que foi proposto pelas Conferências Nacionais do Esporte, isto é, que pelo menos 1% do orçamento da União fosse vinculado a ele (Castelan, 2011). Estudos como o de Mascarenhas (2016) e Carneiro (2018) apontam que o processo de execução do orçamento federal e do esporte sofreram diretamente com os impactos da política de ajuste fiscal nos diferentes governos.

As investigações científicas sobre o financiamento público do esporte cresceram, sendo que a maioria foi sobre o orçamento público federal (Pereira *et al.*, 2020)¹. Tendo por base os estudos empreendidos ao longo do tempo, esta pesquisa tem o objetivo de fazer uma análise do direcionamento do gasto do orçamento público federal do esporte nos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, buscando compreender aquilo que foi priorizado.

2 METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de cunho quanti-qualitativo, desenvolvida a partir de levantamento documental compreendendo o recorte temporal de 2003 a 2022. O ano inicial é demarcado pelo primeiro mandato do governo Lula e a criação do Ministério do Esporte (ME), já o final registra o último ano do governo Bolsonaro, além de ser o último com dados completos sobre o orçamento federal publicizados. Nesse sentido, estamos considerando o orçamento do esporte nos últimos quatro governos: Lula (2003-2010)², Dilma (2011-2016)³, Temer (2016-2018)⁴ e Bolsonaro (2019-2022).

A coleta de dados foi realizada no portal Transparência no Esporte, onde foram levantados os dados referentes ao direcionamento dos gastos com esporte no orçamento federal.

Todos eles coletados no período de janeiro e fevereiro de 2023. A análise dos dados fez uso da proposta de metodologia crítica de análise do financiamento do esporte, desenvolvida por Carneiro e Mascarenhas (2018), tendo por base o indicador direção do gasto, que permite investigar o direcionamento dos recursos para o setor esportivo, estabelecendo o que foi priorizado a partir de diferentes categorias.

Os dados se basearam na etapa de liquidação da execução orçamentária, haja vista a não publicização de 2003 a 2011 da totalidade dos recursos efetivamente pagos⁶. Todas as informações financeiras utilizadas foram deflacionadas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a preços de dezembro de 2022, considerando a necessidade de atualizar os valores para comparações longitudinais, eliminando os efeitos da inflação e da desvalorização da moeda. Para realizar este processo, foi utilizada a ferramenta Calculadora Cidadã, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (2023).

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A base para o direcionamento do orçamento público é o Plano Plurianual (PPA) que, de acordo com o artigo 165 da Constituição Federal 1988 (BRASIL, 1988), é responsável por estabelecer o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos. Ele é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Poder Executivo. Em decorrência dele, são elaboradas a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com Carneiro (2019, p. 152), “O PPA é uma peça técnica e política que baliza todo o governo de um mandato presidencial, tendo impacto direto sobre o financiamento das políticas públicas, entre elas o esporte.”.

A partir do estudo dos PPAs realizado por investigações científicas como as de Mascarenhas (2016), Carneiro (2018) e Carneiro e Mascarenhas (2018), foi proposta uma categorização do direcionamento do financiamento público federal do esporte, conforme abaixo:

- a) Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (EELIS): se relaciona às políticas esportivas desenvolvidas para que o esporte seja praticado em projetos sociais, na escola e/ou no tempo de lazer;
- b) Esporte de Alto Rendimento (EAR): se articula às políticas esportivas voltadas a preparação e participação de atletas em competições nacionais ou internacionais;
- c) Grandes Eventos: se relacionam às políticas para preparação, organização, realização e construção de infraestruturas para os diferentes Grandes Eventos esportivos, ou seja, Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007

O ORÇAMENTO DO ESPORTE NO GOVERNO FEDERAL (2003-2022): do entusiasmo pelos grandes eventos ao desfinanciamento público do setor

(Jogos Rio 2007), Jogos Mundiais Militares 2011, Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014 (Copa 2014) e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (Jogos Rio 2016);

- d) Infraestrutura: se relaciona aos recursos direcionados para a reforma e construção de espaços e/ou equipamentos esportivos, exceto para a realização dos Grandes Eventos; e
- e) Gestão: se articula aos recursos para existência, à manutenção e gestão do ME/Secretaria Especial do Esporte (SEE)⁷.

É importante situar que os PPAs 2000-2003, 2004-2007 e 2008-2011 se organizavam por programas finalísticos, já os PPAs 2012-2015, 2016-2019 e 2020-2023 se estruturaram por meio de programas temáticos e programas de gestão. Essa nova organização do PPA do Governo Federal, a partir de 2012, foi objeto de críticas, visto que ao agrupar os programas, causou dificuldade em monitorar as políticas públicas, ocasionando generalização e um esvaziamento dessas ações como categoria de programação de despesa (Cabral, 2012). No âmbito do esporte, por exemplo, investigações que vinham analisando o financiamento de políticas públicas como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Programa Segundo Tempo (PST) passaram a ter dificuldades, pois o orçamento para tais programas foi agrupado num único programa temático, vinculado à categoria EELIS (Carneiro, 2019).

A seguir, na Tabela 1, é apresentado o direcionamento do gasto orçamentário com esporte por categoria ao longo de 2003 a 2022. O que estamos chamando de “gasto orçamentário com esporte” se refere a todos os recursos do orçamento público federal do esporte no período (R\$ 19,03 bilhões) que, conforme linguagem funcional/programática, foram alocados na “Função Desporto e Lazer” (R\$ 16,63 bilhões) e nas Subfunções “Desporto de Rendimento”, “Desporto Comunitário” e “Lazer” (R\$ 2,39 bilhões) (Transparência no Esporte, 2023). Todo recurso da “Função Desporto e Lazer” esteve sob responsabilidade do ME/SEE, houve pastas ministeriais como a Educação, a Cultura e a Defesa que alocaram recursos em uma das três Subfunções supracitadas.

Tabela 1 - Direcionamento do gasto orçamentário com esporte por categoria – série 2003-2022

Categorias	Grandes eventos		EELIS		Infraestrutura		Gestão		EAR		Total
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
Ano											R\$
2003	-	0	84,89	21	299,36	73	4,61	1	20,80	5	409,67
2004	130,64	25	155,92	30	127,24	24	91,73	18	14,84	3	520,37
2005	20,53	5	242,37	61	21,34	5	99,43	25	15,02	4	398,68
2006	378,72	39	328,68	34	77,72	8	158,05	16	21,39	2	964,56
2007	2.295,92	52	516,12	12	1.212,96	27	225,22	5	180,56	4	4.430,78
2008	85,27	15	279,51	48	27,13	5	154,27	27	35,00	6	581,18
2009	200,68	29	208,92	31	12,46	2	184,65	27	75,37	11	682,08
2010	747,86	56	223,65	17	9,43	1	236,28	18	129,31	10	1.346,53
2011	866,35	49	177,43	10	320,62	18	238,64	13	171,93	10	1.774,96

2012	356,73	36	63,17	6	145,27	15	238,16	24	196,90	20	1.000,22
2013	239,13	23	102,36	10	222,42	21	208,72	20	284,91	27	1.057,55
2014	1.054,74	59	183,40	10	0,83	0	248,19	14	290,27	16	1.777,43
2015	630,31	50	174,88	14	16,09	1	226,97	18	209,95	17	1.258,20
2016	406,92	48	71,44	8	66,27	8	210,43	25	95,10	11	850,16
2017	-	0	58,58	10	195,82	35	216,22	39	87,77	16	558,38
2018	-	0	77,84	16	141,19	29	206,60	42	65,42	13	491,06
2019	-	0	30,55	12	78,96	30	12,93	5	140,69	53	263,13
2020	-	0	31,50	24	32,32	25	-	0	67,81	52	131,63
2021	-	0	103,07	44	32,70	14	-	0	96,53	42	232,31
2022	-	0	147,11	49	51,62	17	-	0	100,53	34	299,26
Total	7.413,82	39	3.261,41	17	3.091,74	16	2.961,09	16	2.300,08	12	19.028,13

Fonte: Transparência no Esporte (2023) (Elaboração própria).

Obs.: 1. Valores liquidados; 2. Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2022 em R\$ milhões.

Os dados da Tabela 1 revelam que a centralidade do gasto orçamentário com esporte nos 20 anos de análise priorizou os Grandes Eventos, vez que somente esta categoria ficou com 39% de todo o orçamento do esporte. Já EELIS, Infraestrutura e Gestão tiveram, respectivamente, 17%, 16% e 16%; o menor gasto foi com EAR (12%). Assim, a distribuição do gasto entre as diferentes categorias expressa as disputas em torno do orçamento do esporte, bem como a força de determinados grupos no bloco de poder ligado ao setor.

A agenda dos Grandes Eventos esportivos no Brasil teve início com os Jogos Rio 2007. Para Athayde (2011) ocorreu uma inflexão para realização dos megaeventos esportivos⁸, sendo que eles foram o princípio organizador da agenda política de esporte e lazer no Brasil (Mascarenhas *et al.*, 2012). Expressão disso é que Matias e Mascarenhas (2017) demonstraram que a agenda dos megaeventos esportivos impactou diretamente o planejamento das políticas esportivas, o arranjo institucional do ME, na construção de ordenamentos jurídicos de exceção que atendiam os interesses das entidades esportivas que organizavam aqueles e no financiamento das políticas do setor.

Mascarenhas *et al.* (2012) vão demonstrar que a preparação dos Jogos Rio 2016 se organizou a partir da articulação de um “bloco olímpico”, ou seja, um bloco de poder inerente que contou com o entrelaçamento entre Estado, organização esportiva e variados setores do mercado. Carneiro (2018) entende que a articulação deste bloco de poder sustentou a organização de todos os Grandes Eventos que ocorreram no Brasil, considerando sua existência uma condição necessária para materializá-los. Para Mascarenhas *et al.* (2012), Castellani Filho (2014), Guirra e Castellani Filho (2015) e Carneiro (2018), o Estado brasileiro acabou se subordinando aos interesses das entidades esportivas e capitais envolvidos com o chamado urbanismo olímpico/esportivo.

Há consenso entre diferentes autores de que os Grandes Eventos forjaram uma agenda para além do setor esportivo, isto é, ela fez parte das ações governamentais propostas pelo governo Lula (Carneiro, 2018), articulada ao modelo econômico do (neo)desenvolvimentismo⁹ e a política externa de reposicionamento do Brasil na geopolítica mundial (Mascarenhas *et al.*, 2012; Castelani

O ORÇAMENTO DO ESPORTE NO GOVERNO FEDERAL (2003-2022): do entusiasmo pelos grandes eventos ao desfinanciamento público do setor

Filho, 2014). Gawryszewski, Penna e Melo (2015) apontam que os megaeventos foram uma justificativa para ampliação do processo de acumulação de capital, tendo sido uma parte central das estratégias para obtenção de consenso por um setor considerável do bloco no poder no país.

Tabela 2 - Direcionamento do gasto com Grandes eventos – série 2003-2022

Grande evento	Ação	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro	Total
Jogos Rio 2007	Realização dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007	845,58	-	-	-	2.832,47
	Implantação de infraestrutura para a realização dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007	1.983,47	-	-	-	
	Captação de eventos esportivos internacionais de alto rendimento	3,41	-	-	-	
Jogos Mundiais Militares Rio 2011	Infraestrutura V Jogos Mundiais Militares	787,64	548,05	-	-	1.524,77
	Organização V Jogos Mundiais Militares	47,36	141,72	-	-	
Copa do Mundo de Futebol 2014	Apoio a realização da Copa do Mundo FIFA 2014	15,03	244,71	-	-	282,87
	Implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol para segurança do torcedor	7,74	15,39	-	-	
Jogos Rio 2016	Captação de eventos esportivos internacionais de alto rendimento	101,19	-	-	-	2.773,71
	Preparação e organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	42,33	538,62	59,19	-	
	Participação da União no capital da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A.	25,86	-	-	-	
	Autoridade Pública Olímpica	-	284,91	-	-	
	Implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	-	1.577,33	144,27	-	
Total		3.859,63	3.350,73	203,46	-	7.413,82
Média anual		482,45	609,22	81,38	-	370,65

Fonte: Transparência no Esporte (2023) (Elaboração própria).

Obs.: 1. Valores liquidados; 2. Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2022 em R\$ milhões.

Conforme pode ser identificado na Tabela 2, os Jogos Rio 2007 foi o Grande Evento que mais teve recurso. Seu gasto se deu no governo Lula de 2004 a 2007 (Tabela 1), tendo sido a maior parte em 2007, ano de sua realização. Isso porque o Governo Federal teve que intervir de modo contundente nos últimos meses da organização, sobretudo com financiamento e pessoal, para garantir a realização dele, haja vista a dificuldade demonstrada pelos parceiros (Carneiro, 2018).

Deste modo, o Governo Federal acabou assumindo os gastos com o Jogos Rio 2007. Como pode ser visto na Tabela 1, a centralidade foi com infraestrutura. Além disso, o gasto com este Grande Evento foi responsável por tornar 2007 o ano no qual o Governo Federal mais gastou com a política esportiva. O Tribunal de Contas da União apontou diferentes problemas na organização dos

Jogos Rio 2007, cujas despesas foram 3 vezes superior ao que foi inicialmente planejado (Carneiro, 2018).

A realização dos Jogos Mundiais Militares 2011 fez parte da agenda pré-definida para o Brasil sediar os Jogos Rio 2016. De acordo com Guirra e Castellani Filho (2015), este Grande Evento teria se dado por uma trama articulada entre as Forças Armadas, o Governo Federal e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Os gastos com os Jogos Mundiais Militares 2011 se realizaram de 2009 a 2011. A centralidade também esteve com a infraestrutura, embora tenham sido utilizadas infraestruturas construídas para os Jogos Rio 2007.

A Copa 2014 foi o Grande Evento que menos recurso teve do orçamento público federal, uma vez que contou com outras fontes de financiamento federal, ou seja, gastos tributários e extraorçamentários, financiamento de obras por bancos públicos federais e recursos dos estados, municípios do setor privado (Carneiro, 2018; Transparência no Esporte, 2023).

Os Jogos Rio 2016 foi o último Grande Evento realizado. O gasto do orçamento do esporte se iniciou em 2007 e 2008 para candidatura e captação dele, com os demais gastos realizados de 2010 a 2016. Carneiro (2018) demonstra que seu gasto envolveu os governos federal, estadual e municipal, além da iniciativa privada. A centralidade do direcionamento orçamentário do esporte com os Jogos Rio 2016 se deu com infraestrutura, representando 62% do total. Outra ação importante foi a de preparação e organização do Grande Evento, que ficou com mais de 23% dos recursos.

O gasto com os Grandes Eventos no orçamento do esporte foi a prioridade dos governos Lula e Dilma, tanto que o governo Lula direcionou cerca de 41% de todo gasto orçamentário de seu governo com Grandes eventos, já o governo Dilma ficou em aproximadamente 46%. Como apontado, os Grandes Eventos eram uma agenda que extrapolava o âmbito esportivo, sendo atravessado por interesses econômicos e políticos (Carneiro *et al.*, 2020). Devido à metodologia de dividir os recursos de 2016 na metade para o governo Dilma e Temer, parte dos gastos com os Jogos Rio 2016 foram atribuídos ao governo Temer, mas esta agenda perdeu centralidade a partir do golpe que resultou no afastamento da presidenta Dilma.

Uma categoria que tem relação direta com os Grandes Eventos é o EAR, vez que são suas políticas que dão as condições para que os(as) atletas participem de competições esportivas. Além disso, o EAR contribui para o processo de produção esportiva, isto é, “[...] *producir, en cantidad y en calidad, campeones, deportistas competidores para el mercado o para la escena de la competición internacional (olímpica)*” (Brohm, 1982, p. 66, grifo do autor). Para Bracht (2011, p. 26), o esporte de alto rendimento ou espetáculo é “[...] aquele imediatamente transformado em mercadoria, tende [...] a assumir [...] as características dos empreendimentos do setor produtivo ou de prestação de serviços

O ORÇAMENTO DO ESPORTE NO GOVERNO FEDERAL (2003-2022): do entusiasmo pelos grandes eventos ao desfinanciamento público do setor

capitalistas [...]”. Além disso, ele é pautado pelos códigos da vitória-derrota, da maximização do rendimento e da racionalização dos meios (Bracht, 2011).

Tabela 3 - Direcionamento do gasto com EAR – série 2003-2022

Ações	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro	Total
Concessão de Bolsa Atleta	169,12	918,17	60,10	319,28	1.466,67
Preparação de atletas e capacitação de recursos humanos para o esporte de alto rendimento	13,70	204,08	48,66	27,16	293,61
Promoção e participação de competições de esporte de alto rendimento	173,48	20,85	0,00	0,00	194,32
Preparação das equipes brasileiras para os V Jogos Mundiais Militares	81,96	32,38	0,00	0,00	114,34
Implementação e desenvolvimento da política nacional de controle de dopagem	0,00	24,85	19,65	26,75	71,26
Gestão, manutenção e aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento	0,00	0,00	60,31	8,95	69,26
Apoio a participação nos 7º Jogos Mundiais Militares	0,00	0,00	10,54	14,35	24,89
Promoção e participação de competições de esporte de alto rendimento para pessoas portadoras de deficiência*	20,40	0,00	0,00	0,00	20,40
Funcionamento de núcleos de categorias de base do esporte de alto rendimento	15,37	1,15	0,00	0,00	16,52
Detecção e avaliação de atletas de alto rendimento	12,71	0,00	0,00	0,00	12,71
Desenvolvimento do desporto nacional e militar	0,00	0,00	0,00	8,70	8,70
Promoção de eventos científicos e tecnológicos para o esporte de alto rendimento	5,28	0,00	0,00	0,00	5,28
Preparação de seleções principais para representação do Brasil	0,00	0,00	1,48	0,37	1,85
Estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do esporte	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25
Total	492,28	1.201,50	200,74	405,57	2.300,08
Média anual	61,53	218,45	80,30	101,39	461,68

Fonte: Transparência no Esporte (2023) (Elaboração própria).

* Atualmente não se utiliza o termo “pessoa portadora de deficiência”, mas “pessoa com deficiência”.

Obs.: 1. Valores liquidados; 2. Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2022 em R\$ milhões.

Como pode ser visto na Tabela 3, apenas duas ações de EAR se fizeram presentes nos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro: concessão de Bolsa Atleta; e preparação de atletas e capacitação de recursos humanos para o esporte de alto rendimento. O Programa Bolsa Atleta (PBA), instituído em 2004 e regulamentado em 2005, foi a principal política de EAR, pois cerca de 64% de todo gasto com EAR se deu com esta política. Ele foi criado para que atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas pudessem se preparar para participar de competições esportivas. Corrêa *et al.* (2014) apontaram que o PBA foi a primeira política federal que beneficiou financeiramente os(as) atletas diretamente. Teixeira *et al.* (2017) ressaltam que embora o PBA tenha fornecido 46.246 bolsas de 2005 a 2015, criticam a estratégia do Programa de privilegiar os(as) atletas “prontos”.

Nos governos Dilma e Bolsonaro, o principal gasto com EAR foi com o PBA; já no governo Lula a ação que mais teve recurso foi a de promoção e participação de competições de esporte de alto

rendimento; e no governo Temer foi a de gestão, manutenção e aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento.

No governo Lula, a categoria EAR foi a que teve menos recurso do orçamento, além de ter sido o governo que teve a menor média anual. Todavia, durante a gestão Lula foram criadas novas fontes de financiamento que fizeram com que se ampliassem os recursos não orçamentários para o EAR, a exemplo da Lei de Incentivo ao Esporte e Lei da Timemania (CARNEIRO *et al.*, 2019). Em 2010 foi instituído o Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDEL), que buscava orientar as bases para o país ter sua melhor participação na história em Jogos Olímpicos e Paralímpicos, considerando que realizaria os Jogos Rio 2016.

O governo Dilma foi o que teve o maior volume e média anual de gasto do orçamento com EAR. De todo recurso com EAR, no período dos 20 anos analisados, mais de 52% foram realizados em seu governo. Isso é reflexo da realização dos Jogos Rio 2016 no país, elemento que justificou o Plano Brasil Medalhas 2016, criado em 2012 como desdobramento do PDEL, cujo objetivo era que o Brasil ficasse entre os 10 primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os 5 primeiros países nos Jogos Paralímpicos. Silva, Silvestre e Silva (2020) demonstraram que o Plano Brasil Medalhas 2016 elevou os gastos a partir de diferentes fontes de financiamento do EAR, com reflexo importante sobre o orçamento do esporte e, especificamente, sobre o PBA, como pode ser visto na Tabela 3.

No governo Temer a categoria EAR foi a segunda que teve menos gastos, assim, o período pós Grandes Eventos fez com que houvesse a diminuição dos recursos para o EAR. Matias (2021a) demonstra que, no contexto do governo Temer, houve o esvaziamento do gasto finalístico com esporte (EAR e EELIS). No governo Bolsonaro, a categoria EAR foi a que teve mais gastos, em comparação aos outros, alcançando a segunda maior média anual de recursos. De acordo com o autor, isso não foi aleatório, tratava-se de uma medida visando garantir o apoio entre os(as) atletas e representantes de entidades esportivas.

A segunda categoria que teve mais recurso foi EELIS; ela está diretamente relacionada às políticas que promovem o acesso ao esporte e lazer como direito. Para Bracht (2011), o esporte como atividade de lazer se orienta por motivos ligados a questões como a saúde, o prazer e a sociabilidade. Nos PPAs 2000-2003, 2004-2007 e 2008-2011 é possível identificar as políticas que foram voltadas ao esporte educacional e ao esporte de lazer, contudo, os PPAs subsequentes e o próprio orçamento do esporte não mais permitiram que isso fosse identificado, conforme discutido anteriormente.

Tabela 4 - Direcionamento do gasto com Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – série 2003-2022

Ações	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro	Total
Funcionamento de núcleos de esporte educacional	1.257,06	148,99	0,00	0,00	1.406,04
Desenvolvimento de atividades e apoio a	0,00	392,96	117,56	291,25	801,76

O ORÇAMENTO DO ESPORTE NO GOVERNO FEDERAL (2003-2022): do entusiasmo pelos grandes eventos ao desfinanciamento público do setor

projetos de esporte, educação, lazer e inclusão social					
Inserção social pela produção de material esportivo	320,57	7,63	0,00	0,00	328,20
Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer	216,69	2,27	0,00	0,00	218,96
Promoção e fomento a eventos de esporte, lazer e inclusão social	7,56	65,85	44,56	0,00	117,97
Promoção e participação em eventos de esporte educacional	79,94	13,75	0,00	0,00	93,69
Apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas abertas nos finais de semana	85,59	0,00	0,00	0,00	85,59
Realização e apoio a eventos e competições de esporte participativo e de esporte escolar	0,00	69,49	0,00	0,00	69,49
Promoção da defesa dos direitos do torcedor e apoio ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino	0,00	26,89	10,03	8,13	45,05
Desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas e de lazer para pessoas adultas e da terceira idade - Vida Saudável	18,68	0,45	0,00	0,00	19,12
Integração da Comunidade no Espaço Escolar	13,03	0,00	0,00	0,00	13,03
Fomento a pesquisas e eventos científicos sobre esporte e lazer	12,15	4,34	0,00	0,00	16,49
Desenvolvimento de atividades esportivas educacionais	10,12	0,40	0,00	0,00	10,52
Realização dos jogos dos povos indígenas	6,83	3,52	0,00	0,00	10,35
Funcionamento e fomento a pesquisas da Rede CEDES	7,16	0,10	0,00	0,00	7,25
Promoção e desenvolvimento do paradesporto nacional	0,00	0,00	0,00	5,73	5,73
Promoção de eventos científicos e tecnológicos voltados ao desenvolvimento de políticas sociais do esporte recreativo e de lazer	4,70	0,33	0,00	0,00	5,03
Apoio das Forças Armadas à inclusão social e a valorização da cidadania	0,00	0,00	0,00	4,30	4,30
Programa Forças no Esporte (PROFESP) e Projeto João do Pulo (PJP)	0,00	0,00	0,00	2,82	2,82
Total	2.040,07	736,97	172,14	312,23	3.261,41
Média anual	255,01	133,99	68,86	78,06	163,07

Fonte: Transparência no Esporte (2023) (Elaboração própria).

Obs.: 1. Valores liquidados; 2. Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2022 em R\$ milhões.

A ação que teve mais recurso orçamentário foi a de funcionamento de núcleos de esporte educacional, para a qual foram direcionados 43% dos recursos de EELIS. Esta ação, junto com a de promoção e participação em eventos de esporte educacional, são as principais ações que davam materialidade ao PST – também tem o gasto com Infraestrutura, conforme discussão a seguir. Elas tiveram recursos de 2003 a 2011. Todavia, de acordo com Castro (2016), a liberação de recursos orçamentários para o PST não ocorreu de modo fluído e não assegurou a manutenção e ampliação dos atendimentos dos beneficiários.

Ainda no período de 2003 a 2011, houve valor relevante para ação inserção social pela produção de material esportivo que estava ligada ao Programa Pintando a Liberdade e para a ação de funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer vinculada ao PELC. Em relação ao PELC, Castro (2016) registra que foram priorizados gastos com infraestrutura esportiva em detrimento de atividades esportivas do Programa, além de existirem proposições de atividades esportivas que não estavam diretamente articuladas a ele. A partir da vigência dos PPAs 2012-2015, 2016-2019 e 2020-2023, o conjunto de ações que se encontravam articuladas ao PST e ao PELC passaram se organizar na ação de desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esporte, educação, lazer e inclusão social, embora estes programas tenham continuado a existir dentro do ME/SEE.

Chama atenção na Tabela 4 que nenhuma ação teve continuidade nos períodos dos quatro governos federais. O governo Lula foi o que priorizou EELIS em valor total e em média anual do orçamento. Esta foi a segunda categoria que este governo mais gastou. No primeiro mandato do governo Lula, o recurso com EELIS foi o maior. Contudo, como mencionado, com a realização dos Jogos Rio 2007, a agenda do esporte passou a ser capitaneada pelos Grandes Eventos. Ainda assim, como pode ser visto na Tabela 1, os anos de 2004, 2005, 2008 e 2009 foram os que a categoria EELIS teve mais recurso em seu governo. Athayde (2011) aponta que, sobretudo no primeiro mandato do governo Lula, houve uma disposição para o entendimento do esporte como direito, ocorrendo políticas públicas e sociais que garantissem o acesso da população à sua prática. O governo Dilma foi o que teve a segunda maior execução orçamentária com EELIS, em volume total e em média anual. Contudo, essa categoria não foi prioridade em seu governo, vez que a centralidade esteve sobre os Grandes Eventos e o EAR.

No governo Temer, a categoria EELIS foi a que teve menos recurso orçamentário, expressando no âmbito do esporte o entendimento apontado por Matias (2021a), ou seja, de que houve uma política contra o social neste governo. Na gestão de Bolsonaro, a categoria EELIS foi a segunda que mais concentrou recursos, ficando atrás de EAR, sendo que em 2021 e 2022 ela foi a categoria que teve maior financiamento.

Contudo, como pode ser vista na Tabela 4, duas ações demonstram claramente que vinha sendo construída uma perspectiva de militarização das políticas esportivas, elemento que já tinha se consolidado no EAR, mas que passou a se fazer presente em EELIS. São as ações: apoio das Forças Armadas à inclusão social e à valorização da cidadania; o Programa Forças no Esporte (PROFESP); e o Projeto João do Pulo (PJP). Assim, o mesmo processo de militarização que vinha se dando no âmbito das escolas passou a se fazer presente de modo contundente nas políticas esportivas do governo Bolsonaro (Guirra; Castellani Filho, 2020).

O ORÇAMENTO DO ESPORTE NO GOVERNO FEDERAL (2003-2022): do entusiasmo pelos grandes eventos ao desfinanciamento público do setor

A terceira categoria que apresentou mais recurso foi a de Infraestrutura. Todavia, se somarmos o gasto desta (R\$ 3,09 bilhões), com o de Infraestrutura para os Grandes Eventos (R\$ 5,06 bilhões), cerca de 43% de todo o orçamento federal com esporte foram para Infraestrutura. De acordo com Mascarenhas (2016, p. 106), a despesa estatal com infraestrutura esportiva combina dois movimentos, “[...] por um lado, a criação da estrutura para atender a essa lógica do esporte enquanto negócio [...]; e, por outro lado, tal criação/construção de infraestrutura vem combinada com a nossa tradição clientelista, a partir das emendas parlamentares [...]”. Assim, na esteira desse processo há o atravessamento de interesses econômicos, políticos e sociais (Carneiro *et al.*, 2020).

Tabela 5 - Direcionamento do gasto com Infraestrutura esportiva – série 2003-2022

Categoria	Ações	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro	Total
EELIS	Implantação e modernização de núcleos de esporte recreativo e de lazer	1.687,70	27,69	0,00	0,00	1.715,39
	Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE)	0,00	40,25	269,64	27,89	337,79
	Implantação de espaços integrados de esporte, cultura, lazer e serviços públicos (Praças dos Esportes e da Cultura)	0,00	329,64	0,00	0,00	329,64
	Implantação e adequação de estruturas esportivas escolares	0,00	287,00	0,00	0,00	287,00
	Implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte educacional	71,60	0,12	0,00	1,49	73,21
	Implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer	0,00	36,25	13,04	7,15	56,43
	Implantação de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES)	1,53	0,00	0,00	0,00	1,53
EAR	Implantação e modernização de infraestrutura para o esporte de alto rendimento	4,44	11,61	56,11	19,66	91,81
	Implantação e modernização de Centros Científicos e Tecnológicos Para o Esporte	22,38	5,80	0,00	0,00	28,19
Pós-Grandes Eventos	Gestão e manutenção do legado olímpico e paraolímpico	0,00	0,00	31,35	139,41	170,76
Total		1.787,64	738,36	370,14	195,60	3.091,74
Média anual		223,45	134,25	148,06	48,90	154,59

Fonte: Transparência no Esporte (2023) (Elaboração própria).

Obs.: 1. Valores liquidados; 2. Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2022 em R\$ milhões.

Carneiro *et al.* (2022), ao estudarem especificamente o gasto do governo federal com Infraestrutura esportiva de 2004 a 2019, identificaram alguns elementos: o órgão que mais gastou com a categoria foi o ME/SEE; a principal fonte foi de recursos ordinários via, sobretudo, emendas parlamentares; houve inconstância no gasto com Infraestrutura, sendo que grande parte dos recursos planejados foram contingenciados; o principal gasto foi com Grandes Eventos; e a maioria dos recursos se concentrou na região Sudeste.

Conforme pode ser identificado na Tabela 5, foi realizada a diferenciação do gasto com Infraestrutura a partir de três subcategorias: EELIS, EAR e pós-Grandes Eventos. Destas, a centralidade foi com Infraestrutura de EELIS, visto que ficou com cerca de 91% dos recursos de Infraestrutura. Assim, o principal gasto foi com implantação e modernização de núcleos de esporte recreativo e de lazer, ação esta que estava ligada ao PELC; Carneiro (2018) aponta que a alocação de recursos nesta ação ao longo de 2003 a 2011 foi uma das formas para que o ME tivesse mais recurso, via emendas parlamentares. Neste mesmo período houve a ação de implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte educacional, vinculado ao PST. Estas ações de infraestrutura ligadas ao PELC e PST passaram a ser alocadas ao longo de 2012 a 2022 na ação de implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer.

As outras três ações de Infraestrutura de EELIS que mais tiveram recursos se vincularam a projetos presentes no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), sendo elas: implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) – teve gasto de 2014 a 2020; implantação de espaços integrados de esporte, cultura, lazer e serviços públicos (Praças dos Esportes e da Cultura) – em 2012 e 2013; e implantação e adequação de estruturas esportivas escolares – em 2011.

A principal ação de Infraestrutura de EAR foi a de implantação e modernização de infraestrutura para o esporte de alto rendimento, sendo a única ação de Infraestrutura que atravessou os quatro governos analisados. Ainda como Infraestrutura de EAR, identificamos a ação de implantação e modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte, que teve recurso ao longo de 2003 a 2011. A partir do fim do ciclo de Grandes Eventos esportivos no Brasil, foi criada a ação de gestão e manutenção do legado olímpico e paraolímpico. A gestão do recurso desta ação esteve sob responsabilidade da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), que contou com aporte financeiro de 2018 a 2022.

O governo Lula foi o que mais direcionou recursos do orçamento do esporte para Infraestrutura, tanto em volume quanto em média anual. Somente em 2007 foi gasto cerca de 68% de todo recurso com Infraestrutura esportiva do referido governo. Como visto, a centralidade do gasto com Infraestrutura foi para construção de núcleos do PELC. Infraestrutura foi a categoria que menos teve recurso do governo Dilma, todavia seu governo foi o segundo que mais gastou com Infraestrutura em volume total. Na gestão de Dilma houve uma diversificação maior do gasto com Infraestrutura esportiva em relação ao governo Lula. Teixeira *et al.* (2018) e Castro, Scarpin e Mezzadri (2020) apontam que as emendas parlamentares foram centrais no gasto com Infraestrutura esportivas dos governos Lula e Dilma.

No governo Temer, o segundo maior gasto foi com Infraestrutura, além de ser o que teve a segunda maior média anual. Em sua gestão houve a concentração de financiamento na ação de

O ORÇAMENTO DO ESPORTE NO GOVERNO FEDERAL (2003-2022): do entusiasmo pelos grandes eventos ao desfinanciamento público do setor

implantação dos Centros de Iniciação Esportiva (CIE), além de ser o governo que mais gastou com a ação de implantação e modernização de infraestrutura para o esporte de alto rendimento. Bolsonaro foi o que menos gastou com Infraestrutura esportiva – em volume total e em média anual. A maior parte da despesa desta categoria se deu com a ação de gestão e manutenção do legado olímpico e paraolímpico.

Gestão foi a categoria que ficou na quarta posição em relação às outras. Há consenso no setor esportivo que foi um avanço ter sido criado em 2003, pela primeira vez na história, um ministério exclusivo para o esporte, o ME (Athayde, 2011; Silva; Borges; Amaral, 2015; Mascarenhas, 2016; Castro, 2016; Carneiro, 2018). Ele existiu de 2003 a 2018, contudo, foi transformado em SEE no governo Bolsonaro, tendo sido recriado o Ministério do Esporte (MESP) em 2023. Essa alteração de estrutura da pasta responsável pela gestão do esporte no Governo Federal impactou diretamente o volume de recursos orçamentários alocados na categoria Gestão, como pode ser visto na Tabela 6.

Tabela 6 - Direcionamento do gasto com Gestão do ME/SEE – série 2003-2022

Ações	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro	Total
Administração da unidade	748,40	649,27	278,14	0,00	1.675,81
Pessoal (Pagamento e encargos sociais)	30,10	296,57	214,78	12,93	554,38
Publicidade	85,49	274,59	32,27	0,00	392,35
Gestão de programas	152,86	29,24	0,00	0,00	182,10
Avaliação das políticas públicas de esporte e lazer	63,33	13,86	0,00	0,00	77,19
Operações financeiras	44,70	0,11	0,00	0,00	44,82
Capacitação de pessoal	21,06	1,66	0,00	0,00	22,72
Conferência Nacional do Esporte	3,46	0,00	0,00	0,00	3,46
Gestão e coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	0,00	0,00	2,85	0,00	2,85
Desenvolvimento do sistema de gestão compartilhada do esporte e do lazer	2,36	0,24	0,00	0,00	2,60
Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME)	1,29	0,34	0,00	0,00	1,63
Cooperação e intercâmbio internacional	1,19	0,00	0,00	0,00	1,19
Total	1.154,24	1.265,89	528,03	12,93	2.961,09
Média	144,28	230,16	211,21	3,23	148,05

Fonte: Transparência no Esporte (2023) (Elaboração própria).

Obs.: 1. Valores liquidados; 2. Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2022 em R\$ milhões.

O principal gasto da categoria Gestão foi com a ação de administração da unidade, ou seja, manutenção das instalações físicas do ME ao longo de 2003 a 2018. Somente esta ação ficou com cerca de 57% de todo recurso gasto com Gestão. Com o fim do ME no governo Bolsonaro e a criação da SEE, esse foi um recurso que deixou de ser alocado em Gestão no orçamento do esporte.

O segundo maior gasto de Gestão foi com a ação voltada ao pessoal que trabalhava no ME/SEE, mas com uma variação importante entre os quatro governos. No governo Lula, parte do gasto com pessoal também se fez presente na ação gestão de programas, ação essa que existiu de 2004 a 2011. Houve um aumento considerável do gasto com pessoal nos governos Dilma e Temer. Uma

explicação para esse aumento foi a realização de concurso público para o ME em 2008, o que ocasionou um aumento da folha de pagamento, sobretudo, nos governos Dilma e Temer.

O terceiro maior gasto de Gestão foi com publicidade, realizado de 2003 a 2018, sendo que no governo Bolsonaro este recurso ficou alocado no Ministério da Cidadania, ao qual estava vinculada a SEE. Chama atenção que o valor com essa ação teve dotação orçamentária maior no governo Dilma, relacionada diretamente à publicidade dos Grandes Eventos, principalmente, a Copa 2014 e os Jogos Rio 2016.

No governo Lula, Gestão foi a penúltima categoria que menos recurso teve, tendo sido alocados principalmente em administração da unidade, gestão de programas e publicidade. No governo Dilma, Gestão foi a segunda categoria que teve mais recurso, além de ter sido aquele que gastou o maior volume de orçamento do esporte, assim como o que teve a maior média anual de gasto. A despesa deste governo com Gestão priorizou as ações de administração da unidade, pessoal e publicidade. Claramente, a agenda dos Grandes Eventos fez com que houvesse a necessidade de ampliação dos gastos com Gestão.

Gestão foi a categoria que o governo Temer contou com mais gasto. Matias (2021a) o critica por ter priorizado recursos com Gestão – ações meio – em detrimento de focar o gasto com ações de vivência do esporte educacional, participação e rendimento – ações fins. Como já apontado acima, a transformação do ME em SEE no governo Bolsonaro, promoveu um esvaziamento da categoria Gestão dentro do orçamento com esporte, tendo se resumido no período a uma despesa ínfima com pessoal, como pode ser visto na Tabela 6.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O orçamento público e as políticas públicas são disputadas por diferentes interesses, que se vinculam à luta de classes, havendo antagonismo entre eles. Assim, o bloco no poder acaba dando direção aos interesses que são priorizados. As políticas públicas de esporte e seu financiamento não estiveram imunes a esse processo, expressão disso foi o direcionamento do orçamento público do esporte ao longo dos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro.

O primeiro mandato de Lula, que tinha um discurso forte na promoção das políticas sociais, priorizou o EELIS. Todavia, houve uma inflexão em seu segundo mandato, passando para o primeiro plano a preparação e realização dos Grandes Eventos. Estes, como discutimos, se deram a partir de uma trama permeada por diferentes interesses que conjugavam o Estado, as entidades esportivas e o mercado. Esse processo fez com que ações voltadas à materialização do esporte como

direito fossem subfinanciadas, embora o discurso sobre a ampliação do acesso ao esporte tenha sido usado para legitimar os Grandes Eventos.

A agenda dos Grandes Eventos e de Infraestrutura esportiva, elementos importantes naquilo que foi priorizado no governo Lula, demonstram o quanto o esporte foi utilizado como meio para que houvesse a criação das condições gerais de produção, ou seja, diferentes grupos econômicos do mercado – capital financeiro, construtoras, setor turístico, mídias etc. – tiveram as condições fornecidas pelo Estado para ampliar o processo de extração de mais-valia. No segundo mandato do governo Lula e no governo Dilma, a política econômica teria se balizado na perspectiva (neo)desenvolvimentista, elemento que se articulou diretamente aos gastos com Grandes Eventos e Infraestrutura.

Embora no governo Lula o gasto com a categoria EAR tenha sido o menor, ele criou mecanismos que ampliaram as fontes de financiamento do EAR, além de ter em seu governo elaborado o PDEL, cujo mote foi o EAR. Deste modo, as bases para a política esportiva no governo Dilma foram erigidas no governo Lula, tendo aquele materializado os Grandes Eventos e desenvolvido políticas esportivas que ampliaram o financiamento do EAR, sobretudo via fontes extraorçamentárias (Carneiro *et al.*, 2019).

O processo de golpe contra a presidenta Dilma forjou a chegada ao poder de grupos reacionários e retrógrados que tiveram um caráter destruidor das políticas públicas garantidoras de direitos. Junto a isso teve o fim do ciclo de Grandes Eventos, provocando uma diminuição significativa do orçamento destinado ao esporte, tendo o governo Bolsonaro realizado os menores gastos orçamentários na área nos 20 anos analisados. Além disso, esse governo desestruturou o ME, que se transformou na SEE.

A priorização dos Grandes Eventos e do EAR na política esportiva, em articulação com todo o processo apontado acima, fez com que Athayde, Araujo e Pereira Filho (2021) caracterizassem esse período como “década perdida” nas políticas esportivas. Realmente foi uma “década perdida” para materialização do direito ao esporte e na possibilidade de ter se construído um elemento central para isso, o Sistema Nacional do Esporte. Contudo, foi um período vencido para os interesses das entidades esportivas e do mercado, processo que também atravessou a disputa pelo orçamento do esporte.

Este estudo se limitou a analisar o direcionamento do gasto orçamentário com esporte. São necessárias novas pesquisas para avaliar o gasto com esporte em sua totalidade, sobretudo, no período pós-Grandes Eventos e sob o contexto pós-golpe de 2016. Novas investigações são necessárias para desvelar a realidade sobre a materialização do financiamento público do esporte, nas últimas duas décadas, especificamente sobre o orçamento público. Estes estudos devem ser utilizados para que o Estado, sobretudo por meio do MESP, que foi recriado no atual governo Lula (2023-2026),

priorize políticas públicas de esporte para a garantia do direito, “bandeira” que deve ser sempre levantada por setores progressistas do esporte.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. A disputa pelo fundo público no âmbito do financiamento esportivo brasileiro. **RBCE**, v. 36, n. 2, supl., p. S636-S651, abr./jun. 2014.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula. **Ser Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; ARAUJO, Silvana Martins de; PEREIRA FILHO, Ednaldo da Silva. Década perdida do esporte: 10 anos para levar o Brasil ao “não mais”! **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 25, n. 3, p. 110–130, 2021.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilasio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da Política Nacional de Esporte e Lazer no governo Lula. **RBCE**, v. 37, n. 1, p. 2-10, jan./mar. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão**. 2023. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>. Acesso em: 18 janeiro de 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do capital, fundo público e valor. *In*: BEHRING, Elaine Rossetti *et al.* (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-34.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. *In*: BEHRING, Elaine Rossetti *et al.* (orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 44-63.

BOITO JÚNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *In*: Fórum Econômico da FGV, 2012. **Anais [...]**. São Paulo, 2012.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. (Coleção educação física).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; 1988.

BROHM, Jean-Marie. **Sociología política del deporte**. México: Fondo e Cultura Económica, 1982.

CABRAL, Gilda. **Chega de conversa fiada: Governo Dilma inviabiliza controle social das políticas públicas**. Brasília: 2012. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/en/chega-de-conversa-fiada-governo-dilma-inviabiliza-o-controle-social-das-politicas-publicas/> Acesso em: 10 maio 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

O ORÇAMENTO DO ESPORTE NO GOVERNO FEDERAL (2003-2022): do entusiasmo pelos grandes eventos ao desfinanciamento público do setor

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. O direcionamento do gasto do Ministério do Esporte de 2003 a 2018. **E-Legis**, Brasília, v. 12, p. 149–164, 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise. **E-Legis**, Brasília, v. 11, n. especial, p. 119-140, nov. 2018.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. O orçamento público do esporte: aspectos do financiamento para o setor de Lula a Bolsonaro. *In*: BEHRING, Elaine *et al.* **Fundo público, orçamento e política social: 20 anos do GOPSS/UERJ**. Curitiba: Editora CRV, 2023, p. 193-214.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva *et al.* A matriz de financiamento público federal do esporte no Brasil. **RBCM**, v. 27, n. 4, p. 85-102, out./dez. 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva *et al.* A disputa pelo fundo público no financiamento e gasto com esporte nos governos Lula e Dilma. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, p. e26056, 2020.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva *et al.* O financiamento da infraestrutura urbana de esporte no Brasil: fontes, magnitude e direcionamento do orçamento federal de 2004 a 2019. **Licere**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 68–101, 2022.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. Era uma vez um Ministério do Esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 1-22, nov. 2019.

CASTELAN, Lia Polegato. **As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 98-114, jun. 2014.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de. **Políticas públicas para o esporte e lazer e o ciclo orçamentário brasileiro (2004-2011): prioridades e distribuição de recursos durante os processos de elaboração e execução orçamentária**. 2016. 382 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; SCARPIN, Jorge Eduardo; MEZZADRI, Fernando Marinho. Emendas parlamentares e o orçamento federal para o esporte brasileiro (2004-2015). **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01-17, 2020.

CORRÊA, Amanda Jorge *et al.* Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do Programa “Bolsa Atleta”. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, out/dez 2014.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; PENNA, Adriana Machado; MELO, Marcelo Paula de. Megaeventos esportivos e indústria bélica: expressões do capitalismo contemporâneo. **Trabalho Necessário**, ano 13, n. 21, p. 165-196, 2015.

GUIMARÃES, Adriana Aparecida. **Políticas públicas no âmbito do Ministério do Esporte e os planos plurianuais dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff**: com o orçamento quem ganha o quê, quando e como? 2017. 204f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

GUIRRA, Frederico Jorge Saad; CASTELLANI FILHO, Lino. V Jogos Mundiais Militares no Brasil: o esporte militar a serviço da agenda Rio-2016. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e V Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE). 19. 2015, Vitória. **Anais...** Vitória: 2015. p. 1-16.

GUIRRA, Frederico Jorge Saad; CASTELLANI FILHO, Lino. Direita, volver! Forças no esporte e ... na educação: a militarização da sociedade brasileira em marcha. **Revista Panorâmica online**, v. 1, 2020.

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982. p. 333-350.

MASCARENHAS, Fernando. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 963-980, out./dez. 2016.

MASCARENHAS, Fernando. O Estado brasileiro e os direitos sociais: o lazer. In: GARCIA, Carla Cristina; HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Lucianos Galvão. **Estado, política e emancipação humana**: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André: Alpharrabio, 2008. p. 95-114.

MASCARENHAS, Fernando *et al.* O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. **Revista da ALESDE**, v. 2, n. 2, p. 15-32, out. 2012.

MATIAS, Wagner Barbosa. A necropolítica esportiva do governo Bolsonaro (2019-2020). **Motrivivência**, Florianópolis, v. 33, n. 64, p. 01-20, 2021a.

MATIAS, Wagner Barbosa. A “solução Temer” e a política esportiva. **RBCE**, Brasília, v. 43, p. e004721, 2021b.

MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. As influências dos megaeventos esportivos na agenda e políticas esportivas: planejamento, arranjo institucional, ordenamento jurídico e financiamento. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 88-98, 2017.

PEREIRA, Claudia Catarino *et al.* O financiamento do esporte no periodismo científico brasileiro: uma revisão sistemática. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01-22, 2020.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SALVADOR, Evilasio. Financiamento tributário da política social no pós-Real. In: SALVADOR, Evilasio *et al.* (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 123-152.

SILVA, Dirceu Santos; SILVESTRE, Bruno Modesto; SILVA, Junior Vagner Pereira da. Avaliação de políticas públicas de esporte: o caso do Plano Brasil Medalhas 2016. **RBCE**, Brasília, v. 42, p. e2035, 2020.

O ORÇAMENTO DO ESPORTE NO GOVERNO FEDERAL (2003-2022): do entusiasmo pelos grandes eventos ao desfinanciamento público do setor

SILVA, Dirceu Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 65-79, 2015.

TEIXEIRA, Marcelo Resende *et al.* O Programa Bolsa Atleta no contexto esportivo nacional. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. esp., p. 92-109, dez. 2017.

TEIXEIRA, Marcelo Resende *et al.* Esporte, fundo público e pequena política: os reveses de um orçamento (r)emendado. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 593-606, 2018.

Transparência no Esporte. **Portal Transparência no Esporte**. 2023. Disponível em: <http://www.transparencianoesporte.unb.br/#/inicio>. Acesso em: 17 fev. 2023.

Notas

¹ Há diversos estudos que analisaram o orçamento do esporte no Governo Federal, grande parte deles é sobre o governo Lula (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2015; CASTRO, 2016); tem aquelas que analisaram os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula e Dilma Rousseff (MASCARENHAS, 2016; GUIMARÃES, 2017); tem investigações que avaliaram longitudinalmente os governos Lula e Dilma (CARNEIRO; MASCARENHAS, 2018; CARNEIRO, 2018); há publicações que analisam os governos Lula, Dilma e Temer (CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019); tem sobre os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro (MATIAS, 2021b; CARNEIRO; MASCARENHAS, 2023); existem aqueles sobre os governos Dilma e Temer (MATIAS, 2021a); e sobre os governos Dilma, Temer e Bolsonaro (ATHAYDE; ARAÚJO; PEREIRA FILHO, 2021).

² Ele contou com o primeiro mandato (2003-2006) e o segundo (2007-2010).

³ Seu governo teve o primeiro mandato (2011-2014) e o segundo (2015-2016). Este último foi interrompido pelo processo de *impeachment*, denunciado pelo Partido dos Trabalhadores e movimentos sociais como um golpe, fez com que ela fosse afastada do cargo em 12 de maio de 2016, processo que foi finalizado em 31 de agosto de 2016 com a confirmação da cassação de seu mandato.

⁴ Como o ano de 2016 foi em parte governado por Dilma e em parte por Temer, os recursos deste ano foram divididos a metade para cada governo.

⁵ Para apuração da totalidade dos valores efetivamente pagos é necessário fazer a soma dos valores pagos mais os valores de restos a pagar pagos - recursos liquidados em anos anteriores que são concretizados posteriormente. Este último só passou a ser publicizado a partir de 2012.

⁶ Para apuração da totalidade dos valores efetivamente pagos é necessário fazer a soma dos valores pagos mais os valores de restos a pagar pagos - recursos liquidados em anos anteriores que são concretizados posteriormente. Este último só passou a ser publicizado a partir de 2012.

⁷ O Ministério do Esporte foi criado em 2003, em 2019 ele foi extinto, sendo substituído pela Secretaria Especial Esporte.

⁸ Na literatura há autores que vão aprofundar o debate sobre a categoria “megaeventos esportivos”, todavia aqui trataremos megaeventos esportivos, quando utilizados por outros autores, como sinônimo de Grandes Eventos.

⁹ Boito Júnior (2012) caracteriza o (neo)desenvolvimentismo como o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com transferência de renda, porém sem romper com o modelo neoliberal.